

ESTADO DE RHODE ISLAND
PROVIDENCE, SC

TRIBUNAL DISTRITAL
SEXTA DIVISÃO

AUTOR:

VS.

C.A.# _____

RÉU:

MANDADO DE RESTRIÇÃO TEMPORÁRIA

Mediante a consideração da Petição Inicial e tendo encontrado a possibilidade da ocorrência de danos imediatos e irreparáveis para a Autora, fica através do presente

ORDENADO, CONSIDERADO E DECRETADO:

- _____ 1. Que o Réu fica ordenado através do presente a permitir imediatamente o acesso e o uso integral do recinto alugado e a devolver quaisquer bens que tiverem sido retirados do apartamento.
- _____ 2. Que o Réu fica proibido através do presente a tomar quaisquer medidas para retirar ou excluir coisas do recinto exceto através dos meios jurídicos.
- _____ 3. Que o Réu fica ordenado através do presente a reestabelecer imediatamente as servidões, especificamente os serviços públicos, a se abster de interferir com estes ou com as outras servidões.
- _____ 4. Que o Réu fica através do presente proibido de ingressar no recinto sem efetuar comunicação prévia de forma apropriada e obter a autorização antecipadamente, exceto em caso de emergências.
- _____ 5. Que o presente mandado terá validade até que seja realizada uma audiência sobre uma Medida Liminar, a qual será realizada na data de _____ de 20__, às 09hs00min da manhã no Tribunal Distrital localizado no endereço indicado na Intimação que lhe é entregue juntamente com este Mandado de Restrição.

INSERIR:

POR ORDEM:

Juiz do Tribunal Distrital

Serventuário

Hora e Data: _____

DECLARAÇÕES

Comparece agora o declarante e sob as penas cominadas ao crime de falso testemunho declara que:

1. Meu nome é _____
 2. Eu moro no endereço _____
 3. O meu locador é _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____
- _____

Respeitosamente apresentado,

Declarante

Compromissado e tendo firmado perante mim nesta data de ____ de _____ de 20__ em Providence, R. I.

Tabelião Público/Escrevente
Meu comissionamento vence em: _____

ESTADO DE RHODE ISLAND, SC

TRIBUNAL DISTRITAL
DIVISÃO

C. A N.º. _____

Autor

contra

Réu

**Petição Inicial e Pedido de Mandado de
Restrição Temporária Autenticados**

De conformidade com os parágrafos da R.I.G.L §§34-18-6, 34-18-34 e/ou 34-18-45, o Autor requer através do presente que este Tribunal expeça um Mandado de Restrição Temporária pelos motivos expressos abaixo. Em sustentação desta Petição Inicial e Pedido, o Autor declara que:

1. O Autor é o inquilino do imóvel de aluguel localizado no endereço _____
2. O Réu é o locador/proprietário deste imóvel.
3. O réu infringiu as disposições contidas nos parágrafos da R.I.G.L §§ 34-18-44 e/ou 34-18-26 praticando um ou mais dos atos a seguir:

() A. O Réu trocou as *fechaduras para o apartamento do Autor* ou impediu de outra forma o acesso do Autor ao apartamento.

() B. O Réu desligou *ou* de outra forma interrompeu o serviço público do Autor especificamente: (Marcar conforme for necessário)

() Eletricidade

() Gás

() Aquecimento

() Água

() Outros

() C. O Réu abusou do seu direito a ter acesso razoável entrando no apartamento do Autor sem comunicação prévia ao Autor e sem obter a autorização do Autor.

4. O Autor foi prejudicado por estes atos e sofrerá um prejuízo irreparável se o Tribunal deixar de conceder o Mandado Temporário conforme requerido neste Requerimento e Petição Inicial.
5. O Autor entrou em contato ou tentou entrar em contato com o Réu para lhe contar sobre este pedido de um Mandado de Restrição Temporária fazendo o seguinte: _____

Por meio do presente, o Autor peticiona a este tribunal que:

1. Expedir um Mandado de Restrição *Temporária* e Medida Liminar Preliminar e Permanente obrigando o Réu a:
 - () A. Permitir imediatamente ao Autor o acesso e o uso integral do recinto alugado e a devolver quaisquer bens que tiverem sido retirados do apartamento do Autor.
 - () B. Religar imediatamente todos serviços públicos que tiverem sido encerrados ou interrompidos pelo Réu.
 - () C. Cessar e desistir de quaisquer atos adicionais para retirar o Autor do imóvel alugado a não ser pelas vias jurídicas.
 - () D. Cessar e desistir de ingressar no apartamento do Autor sem antes efetuar uma comunicação correta e obter a autorização prévia do Autor para tanto.

E

2. Conceder ao Autor a indenização por danos prevista em lei da maneira que é permitida pela R.I.G.L §§ 34-18-34 e/ou 34-18-45 e conceder o amparo adicional que este Tribunal julgar adequados e corretos.

Autor _____

AUTENTICAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL

I, _____ após ser devidamente compromissado, declaro sob juramento e afirmo que eu sou o Autor no processo acima e que eu tenho conhecimento pessoal das questões às quais a Petição Inicial se refere, e que estas questões são verdadeiras e corretas de acordo com o meu melhor conhecimento e crença.

Autor _____

Compromissado e tendo firmado perante mim nesta data de _____ de _____ 20____.

Tabelião Público _____

Meu comissionamento vence em _____